

Demonstrações Financeiras

Rio Barigui Participações S.A.

31 de dezembro de 2025 e 2024
com Relatório do Auditor Independente

Rio Barigui Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado5

Demonstração do resultado abrangente6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....7

Demonstração dos fluxos de caixa8

Notas explicativas às demonstrações financeiras9



**Shape the future
with confidence**

Condomínio Centro Século XXI
R. Visconde de Nacar, 1.440
14º andar - Centro
80410-201 - Curitiba - PR - Brasil
Tel: +55 41 3593-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Barigui Participações S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Barigui Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Guilherme Bento Radominski
Guilherme Bento Radominski
Contador CRC PR-072661/O

Rio Barigui Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	319	3.014
Impostos a recuperar		63	84
		382	3.098
Não circulante			
Dividendos a receber		7.715	19.007
Investimentos	9	535.929	520.315
		543.644	539.322
		544.026	542.420
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar com partes relacionadas	10	1.121	1.067
Dividendos a pagar	10	-	17.791
Impostos a pagar		6	5
Outras contas a pagar		2	16
		1.129	18.879
Patrimônio líquido			
Capital social	11.a	275.000	275.000
Reserva de capital	11.b	53.535	53.535
Reservas de lucros	11.c / 11.d	214.362	195.006
		542.897	523.541
		544.026	542.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Barigui Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita		-	-
Custo dos serviços prestados		-	-
Lucro bruto		-	-
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(252)	(138)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(252)	(138)
Receitas financeiras		883	5.829
Despesas financeiras		(111)	(271)
Receitas financeiras, líquidas		772	5.558
Resultado de equivalência patrimonial	9	66.307	71.310
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		66.827	76.730
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(153)	(1.819)
Resultado do exercício		66.674	74.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Barigui Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	66.674	74.911
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	66.674	74.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Barigui Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		275.000	53.535	16.610	201.209	-	546.354
Resultado do exercício		-	-	-	-	74.911	74.911
Destinações:							
Reserva legal	11.c	-	-	3.746	-	(3.746)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.e	-	-	-	-	(17.791)	(17.791)
Dividendos complementares	11.e	-	-	-	(79.933)	-	(79.933)
Retenção de lucros no exercício	11.d	-	-	-	53.374	(53.374)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		275.000	53.535	20.356	174.650	-	523.541
Resultado do exercício		-	-	-	-	66.674	66.674
Destinações:							
Reserva legal	11.c	-	-	3.334	-	(3.334)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.e	-	-	-	(15.835)	-	(15.835)
Dividendos complementares	11.e	-	-	-	(31.483)	-	(31.483)
Retenção de lucros no exercício	11.d	-	-	-	63.340	(63.340)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		275.000	53.535	23.690	190.672	-	542.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Barigui Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		66.674	74.911
Ajustes por:			
Resultado de equivalência patrimonial	9	(66.307)	(71.310)
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) em impostos a recuperar		21	(81)
Aumento em contas a pagar e partes relacionadas		54	64
Aumento em impostos a pagar		153	1.821
Redução em outras contas a pagar		(14)	(493)
Impostos pagos sobre o lucro		(152)	(1.817)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		429	3.095
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos	9	61.985	32.133
Caixa líquido gerado das atividades de investimento		61.985	32.133
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	11.e	(65.109)	(110.413)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(65.109)	(110.413)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(2.695)	(75.185)
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	8	3.014	78.199
No fim do exercício	8	319	3.014
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(2.695)	(75.185)
Transações que não afetam o caixa:			
Dividendos a receber		(7.715)	(19.007)
Dividendos propostos		-	17.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rio Barigui Participações S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 16 de julho de 2009 e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades comerciais ou civis, seja como sócia, quotista ou acionista.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 06 de maio de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 9 - equivalência patrimonial: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida e avaliação de controle ou controle conjunto de investidas.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

Não se identificou informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possui o seguinte empreendimento controlado em conjunto (joint ventures):

Empresas	Tipo	2025	2024
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.	Empreendimento direto controlado em conjunto	40,17%	40,17%

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*--Continuação

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros

i) *Classificação e reconhecimento*

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"),
- (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e
- (iii) ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que a Companhia crie ou retida pela Companhia ou retenha em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver um direito legalmente executável de compensar os valores e tiver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) *Ativos financeiros (classificação e mensuração subsequente)*

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo, (seja por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"):

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Ativos financeiros (classificação e mensuração subsequente)*--Continuação

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos exclusivamente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- e os seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros que não forem classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, de forma irrevogável, um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou quando a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, também, não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Passivos financeiros (classificação e mensuração subsequente)*

Todos os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, bem como os ganhos e perdas cambiais, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia não designou nenhum contrato como hedge até a presente data.

e) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

f) Redução ao valor recuperável (Impairment)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de impairment para os ativos intangíveis com vida útil definida, diretos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de impairment para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa, cada Companhia controlada, cada qual registrado em uma empresa individual.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

h) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação conforme divulgado no item 4 - Uso de estimativas e julgamento.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Mensuração do valor justo--Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. As novas normas, interpretações e alterações que foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2025, exceto pelo CPC 18 que está em avaliação pela administração e que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027, não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Novos pronunciamentos, interpretações (não efetivadas e alteradas)

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As novas normas, interpretações e alterações emitidas pelo CPC e pelo IASB, que ainda não são efetivas em 31 de dezembro de 2025 — exceto o IFRS 18 (CPC 51) — não devem ter impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira, com base na avaliação inicial da Companhia.

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1. O IFRS 18 estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos, classificação das receitas e despesas por categoria (operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas), dentro de novos requisitos para a agregação e desagregação das informações financeiras, com base nas “funções” identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas.

A norma passará a exigir a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.

Além disso, foram feitas alterações pontuais ao IAS 7, modificando o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, que passa de "lucro ou prejuízo do exercício" para "lucro ou prejuízo operacional", e a remoção da opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

As alterações do IFRS 18 entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, devendo ser aplicado retrospectivamente. Atualmente, a Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo requerimento dentro do prazo estabelecido.

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras (i)	318	3.013
	319	3.014

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa e são remunerados a taxas referenciadas à 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

9. Investimentos

i) Composição dos saldos

	2025	2024
Investimentos em empreendimento controlado em conjunto - Rocha		
Terminais Portuários e Logística S. A.		
Participação no patrimônio líquido da controlada em conjunto	343.660	323.327
Ágio aquisição (a)	181.087	181.087
Mais valia aquisição (b)	81.226	81.226
(-) Amortização mais valia líquida aquisição (b)	(70.044)	(65.325)
	535.929	520.315

- (a) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 40,17% do capital da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A., em março de 2010. Os referidos valores de ágio/mais valia baseiam-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se esperava obter por meio das combinações das operações. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.
- (b) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e equipamentos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) reconhecidos como resultado da aquisição de 40,17% do capital da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A., em março de 2010, cuja vida útil estimada é de aproximadamente 20 anos performando um taxa de amortização anual desta mais valia de 5%.

ii) Informações do empreendimento controlado em conjunto

	Rocha	
Controle conjunto	2025	2024
Ativos circulantes	425.324	284.154
Ativos não circulantes	2.241.443	1.855.828
Passivos circulantes	330.643	352.012
Passivos não circulantes	1.124.170	627.189
Receitas do exercício	596.693	488.046
Custos e despesas do exercício	(419.863)	(298.761)
Lucro líquido da investida no exercício	176.830	189.285
Capital social	31.574	31.574
Quantidade de quotas possuídas	12.681.971	12.681.971
Patrimônio líquido	1.211.404	1.160.781
Participação no capital social no final do exercício	40,17%	40,17%
Participação no patrimônio líquido	486.621	466.286

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

9. Investimentos--Continuação

iii) Movimentação do investimento no exercício

	Rocha
Controle conjunto	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	500.145
Dividendos recebidos (ii)	(32.133)
Dividendos a receber	(19.007)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	71.310
Saldo em 31 de dezembro de 2024	520.315
Dividendos recebidos (ii)	(42.978)
Dividendos a receber	(7.715)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	66.307
Saldo em 31 de dezembro de 2025	535.929

- (i) A Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras como redutor da equivalência patrimonial de seus investimentos, a parcela correspondente a cada amortização de mais valia auferida gerada quando da aquisição de seus investimentos.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu a título de dividendos pagos pela investida o montante de R\$61.985, composto por: (i) R\$19.008 pagos pela investida à Companhia relativos ao dividendo mínimo do exercício de 2024; e (ii) R\$42.977 pagos pela investida à Companhia relativos aos dividendos intercalares do exercício de corrente de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu a título de dividendos o montante de R\$32.133 pagos pela investida à Companhia relativos aos dividendos acumulados na reserva de lucros acumulados pela investida até 31 de dezembro de 2023.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida da Companhia são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes.

Os ágios apresentados no balanço estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

Os ágios mantidos pela Companhia estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido	2025	2024
Rocha Terminais Portuários (Nota Explicativa 9)	181.087	181.087

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

9. Investimentos--Continuação

iii) Movimentação do investimento no exercício--Continuação

Ativos com vida útil indefinida--Continuação

Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais o ágio está alocado. Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Cada negócio adquirido representa uma Unidade Geradora de Caixa.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada controlada, a qual é considerada a Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins do teste de recuperabilidade. Para os próximos anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração utilizando uma taxa de crescimento de 3,5%. A taxa de crescimento nominal média para o período de projeção foi de 8,5% e de descontos antes dos impostos foi de 12,9%.

10. Partes relacionadas

i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria estatutária e conselheiros. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a título de benefícios de curto prazo foram de R\$41 (R\$38 em 2024). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

ii) Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

ii) Saldos e transações--Continuação

	Ativos		Passivos	
	2025	2024	2025	2024
Angra Infra Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	17.791
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.	7.715	19.007	1.121	1.067
	7.715	19.007	1.121	18.858
Saldos por natureza				
<i>Ativo não circulante</i>				
Dividendos a receber	7.715	19.007	-	-
<i>Passivo circulante</i>				
Contas a pagar (i)	-	-	1.121	1.067
<i>Passivo circulante</i>				
Dividendos a pagar	-	-	-	17.791
	7.715	19.007	1.121	18.858

(i) Refere-se a despesas pagas pela Companhia que serão reembolsadas posteriormente. Não houve transações significativas entre as partes relacionadas as quais tiveram impacto no resultado dos exercícios.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é composto de 275.000.003 ações ordinárias sem valor nominal, tendo tais ações sido totalmente integralizadas. O capital social está distribuído da seguinte forma entre os acionistas:

Acionistas	Participação	Ações	Capital
Angra Infra Fundo de Investimento em Participações	100,00%	275.000.000	275.000
Alberto Ribeiro Guth	0,00%	1	-
Ações em tesouraria	0,00%	2	-
	100,00%	275.000.003	275.000

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de capital

Refere-se ao ágio decorrente do acréscimo no patrimônio líquido da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A., em virtude da reestruturação societária da investida, no ano de 2011, no montante de R\$24.605 e ao ganho decorrente da variação no percentual de participação na Rocha Terminais Portuários e Logística S.A., oriunda da reestruturação societária ocorrida em novembro de 2014, no montante de R\$43.862. O valor de R\$14.932 refere-se à 40,71% do montante de R\$37.176 referente ao ágio em transação de capital registrado na investida Rocha Terminais Portuários, consonância com os dispostos no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e no ICPC 09 - Demonstrações Contábeis, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial cuja origem auferido foi a aquisição de 40% da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A. realizada em outubro de 2019.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram destinados à reserva de retenção de lucros para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia.

e) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (25% em 2024) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os dividendos foram calculados conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Resultado do exercício	66.674	74.911
(-) Reserva legal	(3.334)	(3.746)
Base de cálculo	63.340	71.165
Dividendos mínimos obrigatórios	15.835	17.791

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--Continuação

e) Dividendos--Continuação

Em 23 de julho de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia deliberaram favoravelmente à distribuição de dividendos no montante de R\$ 19.119. Desse montante, R\$ 17.791 referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2024, os quais foram pagos ao longo do exercício de 2025.

Posteriormente, em 23 de dezembro de 2025, os acionistas aprovaram através nova Assembleia Geral Extraordinária à distribuição total de R\$ 45.990, integralmente pagos em 2025.

12. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro do exercício antes dos impostos	66.827	76.730
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(22.721)	(26.088)
(Adições) e exclusões		
Resultado de equivalência patrimonial	22.544	24.245
Diferencial de alíquota	24	24
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Corrente	(153)	(1.819)
Alíquota efetiva	(0,23%)	(2,37%)

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não realizou operações com derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

		2025		2024	
	Nota	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	8	1	-	1	1
Aplicações financeiras	8	318	-	318	3.013
Passivos					
Contas a pagar com partes relacionadas	10	-	1.121	1.121	1.067
Dividendos a pagar	10	-	-	-	17.791
Outras contas a pagar	-	-	2	2	16

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de R\$318 (R\$3.013 em 2024), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para o seguinte risco resultante de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.